NOME DA PRÁTICA
719. CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIAIS E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - ASPROS

LOCALIDADE
João Pessoa / PB

AUTOR(ES)
Tribunal

DATA DA SUBMISSÃO
05/05/2023

CATEGORIA
Tribunal

NOME DO TRIBUNAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

NOME DO PRESIDENTE
THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

TELEFONE DO PRESIDENTE
(83) 999933577

NOME DO MAGISTRADO
THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

E-MAIL DO MAGISTRADO
TOANDRADE@TRT13.JUS.BR

TELEFONE DO MAGISTRADO
(83) 999933577

NOME DO RESPONSÁVEL
FRANCINEIDE DIAS BRAGA

CARGO DO RESPONSÁVEL
ASSESSORA-CHEFE DO GABINETE DO DESEMBARGADOR THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

TELEFONE DO RESPONSÁVEL
(83) 996485228

E-MAIL DO RESPONSÁVEL
FDBRAGA@TRT13.JUS.BR

ASSUNTO PREPONDERANTE
Proteção de direitos das minorias

ENDEREÇO
Rua Corálio Soares de Oliveira, S/N, Centro, João Pessoa, PB

PRÁTICA JÁ APRESENTADA?
Não

EM FUNCIONAMENTO DESDE
01/2023

WHATSAPP
(83) 996485228 - FRANCINEIDE DIAS BRAGA

FACEBOOK
facebook.com/trt.pb

INSTAGRAM
@trt13paraib

YOUTUBE
https://www.youtube.com/c/TRT13AOVIVO

TWITTER
@trt13pb

DESCRIÇÃO RESUMIDA

A criação de uma Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos - Aspros é uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, que objetiva promover ações mobilizadoras no campo da educação em direitos humanos, da aprendizagem e da empregabilidade com respeito à diversidade e inclusão social. A Assessoria atua na celebração de parcerias com universidades, órgãos públicos, organizações do "sistema S", organizações sem fins lucrativos, para implementação de projetos e ações direcionados ao fomento de políticas públicas voltadas à inclusão, diversidade de gênero, raça e combate ao trabalho infantil. As ações são fundamentadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, que estabelecem como propósito erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, além de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem assim promover oportunidades de aprendizagem e trabalho, respeitando a sociodiversidade. Assim, nos eixos temáticos de inclusão LGBTQIAP+, acessibilidade, igualdade de gênero e raça serão trabalhados especialmente os ODS 1, 2, 4, 5, 8, 10, 16 e 17. A prática é inovadora por buscar ampliar os contornos de atuação do Tribunal e contribuir para a efetividade da justiça social por meio da implementação de programas e projetos de impacto na sociedade, ao fomentar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, estimular a erradicação de trabalho infantil e promover a equidade de gênero, raça e orientação sexual, o que fortalece a missão e a visão institucionais do TRT13 na defesa dos direitos humanos e na promoção da paz social e da cidadania. Desse modo, com a implantação da Aspros, o Tribunal vem se tornando um lócus de fomento à empregabilidade e de acolhimento à democracia cidadã das pessoas trans, quilombolas e indígenas, bem assim dos segmentos sociais cuja trajetória histórica é marcada pela desigualdade social e pela violação de direitos humanos.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A implantação da Aspros, além de inovadora, tornou-se urgente e necessária, uma vez que, devido às suas práticas, o TRT13 vem contribuindo para a mitigação da realidade de vulnerabilidade social do Estado ao mesmo tempo em que vem se tornando um espaço de referência no campo do fomento à cultura do trabalho decente e da promoção dos direitos humanos. A partir de sua implantação, o cotidiano do Tribunal passou a ser marcado pela realização de ações formativas, estímulo à empregabilidade e campanhas voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Ao buscar cumprir sua missão institucional o TRT13 se depara com violações de direitos humanos, conforme nos indicam os dados a seguir. No que se refere à comunidade LGBTQIAP+, sobretudo quando tratamos das travestis e mulheres trans, estima-se que 13 anos é a idade média em que são expulsas de casa pelos pais e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (ANTRA/2017 e Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). Para as pessoas com deficiência, segundo dados oficiais, em 2019 pouco mais da metade das vagas reservadas para elas foram preenchidas. No que concerne à igualdade de raça, embora representem a maioria da população brasileira, equivalendo a 55,8% do total, apenas 29,9% das pessoas negras ocupavam os cargos de gerência, segundo dados do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018. Em vista desses e de outros dados alarmantes de violação de direitos humanos no mundo laboral, a Assessoria tem priorizado o trabalho com meninas e mulheres quilombolas, indígenas, trans e em situação de rua, percebendo a dimensão da interseccionalidade. Desse modo, o Tribunal passa a assumir o lugar disseminador da cultura dos direitos humanos e da justiça social no mundo do trabalho.

QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?

A criação e implantação da Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos é um marco na história do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e, em si, já consiste em uma inovação, por impactar pioneiramente na estrutura organizacional e de governança do Sistema de Justiça, com foco na região do Estado da Paraíba. Por meio das ações da Aspros, o órgão vem se tornando um espaço acolhedor das pessoas e coletivos pertencentes a grupos historicamente excluídos, como quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAP+. As ações mobilizadoras contemplam demandas sociais e combatem violações de direitos humanos produzidas nos mundos do trabalho. Nesse processo, a novidade consiste na criação de uma unidade criadora e executiva, voltada exclusivamente para iniciativas que visam ao fortalecimento da cidadania no campo do trabalho, o que traz para a estrutura do Tribunal um organismo direcionado às práticas mobilizadoras da inclusão e promoção dos direitos humanos, com foco na empregabilidade e na justiça social. Tal medida contempla as questões do enfrentamento ao trabalho infantil, do direito à aprendizagem, bem assim do estímulo ao trabalho decente e seguro. Desse modo, ao lado da sua missão jurisdicional, o Regional torna-se um lócus ativo no fomento à cultura da empregabilidade e dos direitos fundamentais, especialmente os do campo trabalhista, respeitando a historicidade e a sociodiversidade e fortalecendo de forma inovadora a sua missão e visão institucionais, nos termos propostos pelo planejamento estratégico institucional e da Justiça do Trabalho .

EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Diante da crescente crise econômica e social, marcada pelo aumento do número de pessoas em situação de desemprego, subemprego e diferentes formas de precarização no mundo do labor, o TRT13 assumiu a responsabilidade de implantar uma unidade exclusiva de promoção de projetos sociais e disseminação da cultura dos direitos humanos, especialmente no campo do trabalho. As atribuições dessa unidade consistem em promover, de forma sistemática e permanente, ações mobilizadoras, responsáveis por aproximar o Sistema de Justiça às pessoas e/ou coletivos marcados pela vulnerabilidade e miserabilidade social e econômica. Ao impactar diretamente a realidade local, esta prática institucional tem reduzido, de forma efetiva e eficiente, o distanciamento existente entre a instituição e a população atingida diretamente pela exclusão social, assim como tem fomentado a cultura da empregabilidade e dos direitos fundamentais para esse segmento.

COMO SUA PRÁTICA ATUA NA DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO?

A criação da Aspros justifica-se pela necessidade e urgência em democratizar os espaços do Sistema de Justiça, com foco nas ações do TRT13. O conceito de democracia adotado pela proposta pedagógica das ações e pela própria governança do Regional fundamenta-se na ideia de viver o acesso aos bens sociais, culturais e econômicos de forma equitativa e cidadã. Desse modo, à medida que o TRT13 abre as portas para as pessoas e coletivos em situação de vulnerabilidade, a instituição democratiza o seu espaço por meio de práticas dialógicas, empáticas e inclusivas. Sob essa perspectiva, a inserção de segmentos sociais excluídos e o estímulo ao pleno exercício dos seus direitos - especialmente no campo do trabalho - são medidas que contribuem para resgatar a dignidade dos seus integrantes, o que lhes fortalece a cidadania e, consequentemente, o próprio Estado de Direito.

EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.

Por meio da Resolução Administrativa TRT13 nº 115/2022, o TRT da 13ª Região criou a Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos, que passou a promover, logo em seguida, as primeiras ações de integração com os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, assim como realizou as parcerias e ações iniciais. A partir dessas medidas, o TRT13 garantiu a representação no Fórum Estadual de Aprendizagem Profissional da Paraíba (Feap-PB), em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho da Paraíba e outros integrantes. Tal espaço de diálogo é fundamental para o fortalecimento do compromisso da erradicação do trabalho infantil e de valorização do direito à aprendizagem dos adolescentes e jovens. Ademais, o Tribunal passou a integrar a Rede Estadual de enfrentamento à violência doméstica, iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade - REANCAV. Outrossim, integrou o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, que estabelece o compromisso de adotar medidas de igualdade, equidade, inclusão, combate e prevenção ao racismo estrutural e institucional. A Aspros também elaborou o Programa de Empregabilidade na Diversidade e criou o Selo Diversidade e Inclusão Social, que tem como objetivo fomentar, no mercado de trabalho paraibano, a cultura de inclusão de pessoas em estado de vulnerabilidade, com foco nas mulheres negras e trans, além de outras categorias sociais excluídas. Já em execução, destaca-se o Projeto Emprega Margaridas, cuja primeira turma teve como foco a formação humanística e tecnológica para inserção no mercado de trabalho, de alunas do ensino médio (em curso e egressas) do quilombo de Paratibe e da comunidade do Alto do Mateus, por meio de parceria com diversas entidades, como a UFPB (Projeto Meninas na ciência da Computação), o Sistema Nacional de Emprego (SINE João Pessoa), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e parceiros voluntários da sociedade civil. O resultado prático direto dessa ação foi a contratação de sete meninas da turma como aprendizes. A segunda turma foi realizada em Campina Grande, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e a UFPB (Projeto Meninas na Ciência da Computação). Como se percebe, esse conjunto de iniciativas, promovidas de forma inovadora pela Aspros, tem refletido positivamente na dinâmica institucional, ao mobilizar diferentes setores da sociedade e impactar favoravelmente a realidade de diversas pessoas em estado de vulnerabilidade social.

QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?

A partir da criação da Aspros, diferentes ações mobilizadoras foram executadas com êxito, o que representa uma conquista no processo da sua implementação. Nesse contexto, destaca-se o Projeto Emprega Margaridas, com três edições realizadas, o qual já formou mais de 150 meninas negras e quilombolas e fomentou o encaminhamento destas para o mundo do labor. Em alusão ao Dia Nacional Da Visibilidade Trans, comemorado no dia 29 de janeiro, o TRT13 lançou o Programa de Inclusão LGBTQIAP+, assinando, na oportunidade, um conjunto de três atos que dispõem sobre os seguintes temas: reconhecimento da identidade de gênero, uso do nome social e utilização de banheiros e demais espaços no Regional; o Programa de Aprendizagem e o Programa Empregabilidade na Diversidade. No dia 13 de fevereiro, o TRT13 fez o lançamento do Livro "Ouçam Mirtes, Mãe de Miguel. Trabalho doméstico remunerado e desigualdades no Brasil". O evento refletiu sobre a exploração do trabalho doméstico e seus desdobramentos a partir do lançamento do livro escrito pela juíza do trabalho Maria José Rigotti, do TRT da 10ª Região sobre o caso do menino Miguel, tragédia que vitimou uma criança de 5 anos e expôs a fragilidade da sociedade brasileira no campo do trabalho. A ação contou com a participação de 145 pessoas, como por exemplo, o Sindicato das Empregadas Domésticas da Paraíba e estudantes da periferia de João Pessoa. Outro evento relevante foi a promoção do Curso "Direitos Humanos na Internet – Cidadania digital e o uso seguro da rede", com a presença de estudantes e professores indígenas da Baía da Traição e de comunidades quilombolas, no TRT-13, somando o total de 60 adolescentes e jovens. No campo da promoção do letramento racial, foi realizado o evento "Abril Indígena", em parceria com povos indígenas da Paraíba, durante o qual houve o lançamento do livro "Povos Indígenas, independência e muitas histórias", com a participação de 120 pessoas entre público interno e externo. Registra-se também o lançamento do Projeto Arte e Cultura com a "Exibição do filme Pureza", protagonizado pela atriz Dira Paes, na temática do enfrentamento ao trabalho análago à escravidão. O evento, apreciado por mais de 120 convidados internos e externos, contou com a presença da abolicionista Dona Pureza Loyola e do Diretor Renato Barbieri e ainda promoveu a exposição " Kolofé – Um caminho de expansão afro-cultural", do artista paraibano Elionai Gomes. Nesse contexto, é relevante destacar a impressão dos participantes ao vivenciarem as ações formativas promovidas pela Aspros. A esse respeito, a socióloga Marta Almeida Gil, fundadora e atual coordenadora executiva da AMANKAY, afirmou no evento de que foi palestrante: "Saí encantada com o trabalho que o senhor, à frente do TRT13, está desenvolvendo. É referência para o Brasil. (...) permita-me destacar a importância de seu apoio explícito e decisivo a estas ações [no campo da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência]. O exemplo vem de cima (...)". Já Márcia Rocha, fundadora e coordenadora do Projeto Transempregos, registra que: "(...) iniciativas maravilhosas no intuito de diminuir o preconceito e lutar pelos direitos de minorias, levando informação e conhecimento (...) contem comigo para o que precisarem". Segundo Joseane Santos, líder quilombola: "O TRT vem trazendo esperança para as famílias quilombolas. Muitas jovens estão indo até o TRT em formação, palestras, encontros, e isso faz uma diferença enorme. Muitas jovens já foram até chamadas para o primeiro emprego, e isso é de um imenso valor para a comunidade, pois está trazendo dignidade para as pessoas que tanto precisam". Ressalte-se também que, em razão dessas iniciativas, o TRT13 recebeu o "Selo Iguais na Diversidade", o que certifica o Tribunal como ambiente seguro para o público LGBTQIAP+, após capacitação e avaliação do Tribunal por representantes da Iguais Associação LGBT+ da Paraíba. Além dessas ações registradas, outras

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?
Registra-se como dificuldades o processo de mobilização de alguns grupos identitários em razão do seu contexto de vulnerabilidade, frequentemente permeado pela escassez de recursos, a exemplo das restrições de meios de transporte e das limitações provocadas pela insegurança alimentar a que estão expostos, o que dificulta a participação de seus integrantes nas ações promovidas. Diante deste cenário, sublinha-se o esforço do TRT13 em garantir o acesso desse segmento populacional às atividades e a permanência participação integral

EQUIPE
HUMBERTO DA SILVA MIRANDA - JAMILLY RODRIGUES CUNHA - FRANCINEIDE DIAS BRAGA - SAMUELSON WAGNER ARAÚJO E SILVA - PRISCILLA COSTA DE LUCENA RODRIGUES DE LIMA- RUTE PRADO DE MORAES - RICARDO LUIZ GOMES SILVA - ANDREZZA GOMES

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS
São utilizados computadores, data show, microfones. Além disso, conta-se com o apoio da equipe de comunicação social e de Tecnologia da Informação do TRT13.

ORÇAMENTO
Recurso próprio e o apoio de parceiros.

OUTROS RECURSOS
Não se aplica.

COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INNOVARE?
redes sociais, sites

SENDO OUTRO, INFORME QUAL.
Não se aplica.

CERTIFICADO
FUREZA LOPES LOYOLA